

← MANIFESTO PELA LEGALIZAÇÃO DA CANÁBIS EM PORTUGAL

MANIFESTO PELA LEGALIZAÇÃO DA CANÁBIS EM PORTUGAL LIBERDADE E SAÚDE PARA TODOS!

A Marcha pela Canábis é uma voz popular coletiva, apartidária, que defende a liberdade individual e o reconhecimento de todo o potencial desta planta milenar. Em Portugal, onde a história do cânhamo se entrelaça com as raízes da nação, é imperativo atualizar a abordagem, legalizando e regulando o seu uso para todos os fins e reconhecendo o papel crucial que a cannabis desempenha na sociedade contemporânea.

Com a descoberta do Sistema Endocanabinóide em 1988, a ciência validou o potencial terapêutico da canábis. Este importante sistema de receptores canabinóides e endocanabinóides (produzidos pelo corpo) garante a homeostase (equilíbrio) do organismo. Desequilíbrios no Sistema Endocanabinóide podem levar a doenças, daí a eficácia da canábis para diversas doenças. Os canabinóides da planta ligam-se aos receptores canabinóides na perfeição.

Em Portugal, pacientes, incluindo crianças, encontraram resposta em óleos derivados da cannabis, enfrentando desafios como epilepsia, autismo, esclerose múltipla e câncer. Há muito mais a dizer sobre o potencial terapêutico do CBD e THC, canabinóides com inúmeras propriedades comprovadas, que continuam sem legislação, regulamentação e continua a ser ilegal no nosso país.

A educação sobre canábis em todas as suas vertentes e sobre o potencial medicinal da planta é crucial. Mas ainda é necessário quebrar estigmas para ampliar a prescrição médica e ultrapassar os obstáculos na disponibilidade desses produtos. Contudo, enfrentamos obstáculos na disponibilidade e prescrição desses produtos, ressaltando a necessidade urgente de integrar o Sistema Endocanabinóide nos currículos médicos.

Também sobre as possibilidades do cânhamo industrial uma cultura sustentável com inúmeras aplicações recomendada pela ONU e pela Comissão Europeia. A União Europeia reconhece cada vez mais o valor do cânhamo industrial, promovendo iniciativas para impulsionar sua produção e aplicação em diferentes setores. Ao integrar o cânhamo de maneira mais abrangente na economia, a Europa não só fomenta a sustentabilidade ambiental, mas também estimula a inovação e a diversificação econômica. O cânhamo industrial emerge, assim, como uma peça fundamental na transição para uma economia mais verde e sustentável.

O cânhamo já é utilizado na produção de papel, plásticos biodegradáveis e materiais de construção sustentáveis, como isolamento e painéis. Essas aplicações ajudam a mitigar os problemas relacionados ao uso excessivo de recursos não renováveis e à produção de resíduos poluentes. O seu potencial é vasto e continua a ser explorado para inúmeros usos, desde a construção civil até aos bioplásticos, passando pelos têxteis e a alimentação animal e humana. Outro facto é que esses produtos ainda não são baratos nem acessíveis à população em geral, e reiteramos que é urgente legalizar e regulamentar o mercado, sendo dever do estado fomentar e criar uma indústria nacional estável e forte.

A liberdade de cultivar, seja cânhamo, seja canábis, deve ser desburocratizada, e o acesso à planta completa, incluindo as flores, deve ser garantido. O autocultivo é um direito humano e não pode ser negligenciado. Portugal já deu passos significativos, descriminalizando o consumo de canábis e legalizando a canábis medicinal, mas ainda precisa de avançar muito mais.

A indústria da cannabis para uso recreativo apresenta um potencial significativo para gerar receitas fiscais substanciais. Ao legalizar e regulamentar a cannabis, os governos podem criar uma fonte estável de receita, beneficiando a economia e contribuindo para os cofres públicos.

Ao tributar a produção, distribuição e venda de produtos relacionados à cannabis, os governos podem capturar uma fatia considerável do mercado em crescimento. A tributação inteligente pode ser estrategicamente implementada para equilibrar os incentivos econômicos com os objetivos de saúde pública.

← MANIFESTO PELA LEGALIZAÇÃO DA CANÁBIS EM PORTUGAL

relacionados, como transporte, tecnologia e turismo.

É essencial que os governos considerem modelos de tributação que sejam competitivos o suficiente para desencorajar o mercado ilegal, ao mesmo tempo em que proporcionem benefícios financeiros substanciais. A experiência de jurisdições que já legalizaram a cannabis recreativa, como alguns estados dos EUA e o Canadá, oferece insights valiosos sobre como otimizar a tributação para maximizar os ganhos fiscais.

Em resumo, ao abraçar e regular a indústria da cannabis recreativa de maneira inteligente, os governos têm a oportunidade não apenas de promover a saúde pública e a segurança, mas também de impulsionar significativamente as receitas fiscais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das suas comunidades.

A Marcha pela Cannabis é uma chamada à ação, unindo vozes em prol da liberdade de escolha, da saúde, da economia e do empreendedorismo, e da justiça social. A legalização não é apenas sobre uma planta; também é sobre a saúde, a liberdade individual e o futuro sustentável do nosso país. Avancemos juntos, Portugal, para uma era onde a cannabis seja uma planta de todos, para todos. Legalização já!

E por fim, o Manifesto da Marcha pela Cannabis se estende a 10 reivindicações essenciais:

1. Cumprimento Direito à Saúde por parte do Estado Português, facilitando a formação dos profissionais de saúde, prevista na Lei 33/2018, incluindo a introdução da Cannabis Medicinal e do Sistema Endocanabinóide nos currículos das Faculdades de Medicina, de forma a garantir o conhecimento dos avanços da ciência e o acesso seguro de todos às terapêuticas com cannabis;

2. Aumentar a disponibilidade de medicamentos, substâncias e preparações de cannabis nas farmácias, obrigando as empresas produtoras de cannabis em território português a requerer obrigatoriamente ACM's (Autorização de Colocação no Mercado) para os seus derivados de cannabis, de forma a que as estas não se dediquem apenas à exportação;

3. Alargar a lista de indicações terapêuticas previstas pelo Infarmed, revendo a literatura científica existente, e considerar a cannabis como possível tratamento de 1ª linha ou complementar aos tratamentos convencionais, incluindo para os menores de 21 anos, que actualmente estão excluídos de possíveis tratamentos com THC. A ciência comprovou, sistematicamente, o alto perfil de segurança dos canabinóides, com poucos efeitos adversos e sem provocar dependência física, principalmente se comparados com opióides ou benzodiazepinas; vários estudos já demonstraram, aliás, que o CBD pode não só ajudar a tratar dependências de outras substâncias (como medicamentos, álcool ou tabaco) como tratar psicoses, ao invés do que tem sido propagado por quem ainda não estudou o assunto;

4. Reconhecer urgentemente o direito ao cultivo pessoal e associativo de cannabis como única forma de acesso para muitos doentes residentes em Portugal, conforme já aconteceu com várias associações de pacientes de outros países;

5. Respeitar o direito à liberdade de escolha e à autonomia sobre o próprio corpo, autorizando o cultivo pessoal para consumo próprio aos adultos em seu perfeito juízo, pois estes não podem continuar à mercê de redes de tráfico de droga ou de mercados paralelos não regulamentados, onde existem substâncias muito mais perigosas, manipuladas (como os canabinóides sintéticos) ou o "consumo desinformado". Os cidadãos não podem também continuar a permitir a perseguição e a interferência das autoridades na esfera da sua vida privada ou ser alvo de ridicularização ou falsos moralismos. Todos sabemos que o álcool e o tabaco matam, a cannabis não!

6. Investir em programas de prevenção de riscos e redução de danos, que levem mais e melhor informação sobre cannabis à sociedade portuguesa, principalmente aos jovens;

7. Incentivar a economia local e a sustentabilidade através da promoção do cultivo do cânhamo e da utilização de todas as partes da planta, não só a fibra e as sementes, e difundir a sua importância na sustentabilidade do país e do planeta;

← MANIFESTO PELA LEGALIZAÇÃO DA CANÁBIS EM PORTUGAL

9.Regulamentar de forma clara, inclusiva e independente todos os potenciais negócios do ramo, nomeadamente o comércio do cânhamo e seus derivados, que neste momento se encontra numa área cinzenta da lei, em que não é proibido (pois há dezenas de lojas abertas ao público por todo o país), mas também não está devidamente regulamentado, levando, muitas vezes, a fiscalizações e apreensões indevidas, que culminaram no tribunal a obrigar a Polícia Judiciária a devolver flores de cânhamo a um comerciante.

10.Devido à especificidade da questão, criar um gabinete independente para assuntos relacionados com a canábis e o cânhamo, com representação de todos as associações, intervenientes e sectores transversais à utilização da planta.